



## COMO AS PALAVRAS SE ORGANIZAM EM CLASSES

Maria Helena de Moura Neves

(Universidade Presbiteriana Mackenzie / UNESP-Araraquara / CNPq)

Sempre usamos as palavras, mas nunca lembramos de sua importância. Na lingüística, elas recebem especial atenção. São classificadas, definidas e divididas nas chamadas “classes de palavras”.

### Índice:

1. Por que se fala sempre em ‘classes de palavras’, quando se estuda uma língua?
2. Por que o estudo da palavra surgiu logo no começo da reflexão lingüística?
3. Por que tem sido difícil definir o que é uma *palavra*?
4. Que critérios são usados para a descrição e classificação das classes de palavras?
5. Que critérios podem atuar na identificação das classes de palavras?
6. Qual é a diferença entre palavras lexicais e palavras gramaticais?
7. Definindo as principais classes de palavras

### **1. Por que se fala sempre em ‘classes de palavras’, quando se estuda uma língua?**

Para justificar este texto, comecemos procurando ver por que faz sentido trabalhar com a operação de classificação de palavras quando se estuda uma língua.

Ora, em todo campo, qualquer conjunto de entidades que têm uma função apresenta-se organizado em classes. Em primeiro lugar, estabelecer categorias é uma das mais básicas capacidades do ser humano. Não há como achar que algum ser humano não tenha a compreensão racional de que *pedra* e *cachorro* são categorias muito diferentes (por exemplo, o cachorro é ser vivo e a pedra não), de que *árvore* e *cachorro* são categorias ainda muito diferentes, mas menos do que no caso anterior porque, por outro lado, compartilham uma mesma categoria (por exemplo, o cachorro é animal e a árvore é vegetal, mas ambos são seres vivos), de que *pato* e *cachorro* são categorias não tão diferentes



assim, e ao mesmo tempo compartilham uma mesma categoria (por exemplo, o cachorro é mamífero e o pato é ave, mas ambos são seres vivos animais), de que *homem* e *cachorro* são categorias menos diferentes ainda, e ao mesmo tempo também compartilham uma mesma categoria (por exemplo, o homem é racional e o cachorro não, mas ambos são seres vivos animais mamíferos), e assim por diante.

Se o homem fala das coisas e racionalmente percebe (não necessariamente de modo científico) a organização dessas coisas em classes, ele também fala da linguagem – afinal, uma coisa entre as coisas –, ele sente que também as entidades lingüísticas são diferentes entre si, mas tal percepção é menos diretamente percebida. Com certeza, falar das coisas, existentes ou fantasiadas, parece ser mais fácil do que falar da linguagem, porque as propriedades que distinguem os elementos da linguagem precisam ser percebidas fora da realidade visível e sensível (existente ou fantasiada) e têm de ser encontradas naquele complexo que é a linguagem: um **falar de** algo e um **dizer** algo<sup>1</sup>. Por isso, necessariamente há a sensação racional de que as entidades da língua se encontram categorizadas em classes, sim, mas a percepção de como se sustenta essa categorização é menos evidente do que a percepção de como um cachorro e um homem se distribuem em categorias diferentes.

## 2. Por que o estudo da palavra surgiu logo no começo da reflexão lingüística?

Entretanto, há uma entidade na linguagem que ressalta à percepção de qualquer pessoa, mesmo que ela nunca tenha estudado em uma escola, mesmo que nunca lhe tenha sido dada uma lição sobre linguagem: é a entidade **palavra**. Não estranha que, desde quando se tem notícia histórica da preocupação do homem com a linguagem, as atividades de reflexão e operação sobre a língua se tenham resolvido com a catalogação dessas entidades, que são as mais evidentemente autônomas na análise dos usuários da língua<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Para esse tema, ver Ilari (1992).

<sup>2</sup> Ver o clássico Mattoso Câmara Jr. (1969: 34-52), para uma lúcida apresentação da entidade que ele denomina **vocábulo**.



Aí surge um primeiro ponto de complicação, pois a entidade **palavra** não é a unidade mínima de nenhum dos estratos que a ciência lingüística estabeleceu quando se instituiu. A unidade mínima da fonologia é o fonema<sup>3</sup>, a da morfologia é o morfema<sup>4</sup>, e não há nenhum nível para o qual se tenha estabelecido que a unidade mínima seja a palavra. Ocorre que unidades como fonema e morfema são imperceptíveis sem um estudo particular científico, porque são abstratas, só detectáveis por uma oposição de pares mínimos de formas ocorrentes: assim, em português, /p/ é um fonema e /b/ é um fonema porque existe (pelo menos) um par de palavras que se distinguem somente por causa dessa oposição, por exemplo, o par *pala* e *bala*; do mesmo modo, /s/ é um morfema (verbal, de segunda pessoa) porque existe (pelo menos) um par de palavras que se distinguem somente por causa de uma oposição que envolve esse morfema, por exemplo, o par (ele) *fala* e (tu) *falas*. Essas são, pois, unidades de valor formal, unidades distintivas que se definem abstratamente, pela oposição e pelo critério da pertinência de traços, operações que requerem uma fundamentação teórica e um preparo técnico.

Já o estatuto teórico de **palavra**, por sua vez, não é univocamente definido na teoria lingüística<sup>5</sup>, o que mostra a complexidade dessa entidade, embora ela seja talvez a primeira categoria lingüística apreendida pelos falantes em sua vida<sup>6</sup>. Com efeito, a entidade **palavra** é naturalmente evidente ao usuário da língua: podemos dizer, de um modo bem geral, que ela é uma entidade percebida como uma coisa entre as outras coisas do mundo, como se falar dela fosse uma atividade apenas lingüística (do mesmo modo que é falar de uma pedra ou de um homem), e não uma atividade metalingüística (do mesmo modo que é falar de um fonema ou de um morfema).

<sup>3</sup> Para esse tema, consultar: Silva (1999); Souza & Santos (2003).

<sup>4</sup> Para esse tema, consultar: Rosa (2000); Petter (2003). A gramática de Cunha (1975) contempla os morfemas, definindo-os como “unidades significativas mínimas” e referindo-se às “suas realizações fonéticas” (p. 53).

<sup>5</sup> Para esse tema, consultar: Basílio (2004); Rosa (2000).

<sup>6</sup> Isso ocorre apesar de as palavras não constituírem unidades nem mesmo entonacionais ou rítmicas, observando-se que nem sempre a partição gráfica – que é a marca mais evidente da segmentação em palavras – reflete a partição sonora: num exemplo bem rudimentar, pode-se apontar que *marulho* (uma palavra) e *mar alto* (duas palavras) formam, um e outro, um só vocábulo fonético, constituindo grupos de força altamente semelhantes.



Verifica-se que a preocupação com o estabelecimento, definição e reconhecimento das classes de palavras está em toda a história das reflexões lingüísticas. A organização das palavras em classes é considerada indispensável para o conhecimento das funções exercidas, e esse conhecimento é imprescindível para o reconhecimento do sentido do que se diz, ressaltando-se, é obvio, que não necessariamente a cada classe corresponde uma determinada função.

### 3. Por que tem sido difícil definir o que é uma palavra?

Entretanto, são evidentes a todos as dificuldades para o estabelecimento da classificação de palavras, e por várias razões. Em primeiro lugar, considerada a tarefa como ligada a todas as línguas naturais, um problema é que o que uma língua expressa por uma classe outra língua pode expressar por outra, e outro problema é que classes a que se dá igual denominação podem ter funções parcialmente diferentes nas diversas línguas. Em inglês, por exemplo, o morfema *-ing*, uma desinência de participio, pode atuar em correspondência a um infinitivo (embora com potenciais diferenças semânticas e pragmáticas), como se vê pelos seguintes pares (traduzidos para o português com infinitivo)<sup>7</sup>:

1. He likes *to talk*. / He likes *talking*.  
Port.: Ele gosta de *conversar*.
2. John began *to write* a letter. / John began *writing* a letter.  
Port.: João começou a *escrever* uma carta.
3. Your shoes need *to be cleaned*. / Your shoes need *cleaning*.  
Port.: Seus sapatos precisam *ser limpos*.

O quadro das classes de palavras tradicionalmente estabelecido é muito semelhante em todo o Ocidente, já que a base de classificação nas línguas ocidentais é praticamente a mesma,

<sup>7</sup> Os exemplos são de Quirk & Greenbaum (1973, p. 361-363). As traduções são minhas.



oriunda da gramática alexandrina, a qual derivou das categorizações de base lógico-filosófica estabelecidas na Grécia clássica, as quais buscavam primordialmente estabelecer as partes do *lógos*<sup>8</sup>. A tradução tradicional para a expressão grega *mére lógou* tem sido ‘partes do discurso’, mas **discurso**, aí, tem de ser entendido como a proposição lógica, a expressão do juízo.

Não cabe aqui discutir essa herança, mas cabe lembrar que ela nem sempre tem sido bem interpretada, já que, em geral, ignora-se para que tipo de finalidade se estabeleceram, na formação da gramática da época alexandrina, as classificações propostas<sup>9</sup>, finalidade muito diferente da que devem ter as gramáticas na época e no contexto de hoje.

#### **4. Que critérios são usados para a descrição e classificação das classes de palavras?**

A descrição das chamadas **classes de palavras** está sempre presente nas gramáticas ocidentais tradicionais, e assim também nas gramáticas de língua portuguesa, em maior ou menor profundidade. Essa descrição normalmente percorre o caminho que vai de uma definição semântica, passa pelas subclassificações (tanto de base semântica como de base morfológica) e, no caso das classes flexionais, chega à descrição da morfologia flexional. Por exemplo, a exposição sobre a classe dos verbos abriga o paradigma de sua conjugação.

A preocupação evidente é, pois, definir cada categoria e empreender uma subcategorização, formando-se um quadro paradigmático que, aparentemente, dá abrigo a todas as entidades da língua. A vinculação dessas entidades a seu papel semântico, e, na contraparte, a organização dessas mesmas entidades na estrutura da frase são questões normalmente não consideradas no capítulo referente a cada classe gramatical, ou consideradas à parte, em descrições paralelas.

<sup>8</sup> Para o tema, consultar Neves (2004).

<sup>9</sup> Já não era a época do apogeu da Grécia clássica, era a época helenística, em que a língua e a literatura gregas estavam ameaçadas de desaparecimento, em consequência de um confronto de civilizações e de culturas desfavorável à manutenção de seus valores.



O que se pode dizer, afinal, é que, de um modo geral, a organização das classes de palavras é um capítulo delicado da sistematização gramatical. Isso começa com a dificuldade de uma definição teórica da entidade **palavra**, passa pela dificuldade de tratar essa entidade isolada da série de funções com as quais ela se relaciona – sem biunivocidade –, e chega ao falseamento histórico representado pela tradicional desconsideração do comportamento dessas entidades no fazer do texto. É o ponto ao qual chegaremos, ao final.

São freqüentes as críticas que os estudiosos fazem às classificações apresentadas nas gramáticas. A principal delas refere-se aos critérios adotados, que são heterogêneos, e que, por vezes, são considerados falsos. Especialmente se critica a interferência de critérios lógicos, não aceitáveis para tratamento de línguas naturais. Um exemplo são as críticas à interveniência da entidade ‘ser’ nas definições tradicionais de substantivo: “Substantivo é a palavra que dá nome aos seres.”

##### **5. Que critérios podem atuar na identificação das classes de palavras?**

A ciência lingüística, por outro lado<sup>10</sup>, dirigiu seus critérios para reconhecimento das classes de palavras no seguinte sentido:

- a) Em primeiro lugar, valem a forma e a distribuição, que, às vezes, são critérios suficientes.
- b) Em segundo lugar, vem a função exercida pela palavra na oração, critério previsto para ser utilizado quando os critérios de forma e distribuição levam a uma ambigüidade.
- c) Em último lugar, vem o sentido (que é um critério da gramática tradicional), que constitui, na verdade, um resultado da função e da classe, e, além disso, está sujeito a generalizações excessivas, o que o torna inseguro, embora sempre se tenha tido de reconhecer que às unidades de forma correspondem unidades de conteúdo.

---

<sup>10</sup> Na tradição da Lingüística, nesse campo, cabe menção especial aos clássicos Adrados (1969) e Hjelmslev (1976).



Obviamente se acrescentam a esses critérios os recursos ao contexto e à situação, e se admite que o recurso a mais de um critério pode ser até uma ajuda, porque, quando um deles falha, outro pode ser eficiente.

A forma, isoladamente, é muitas vezes insuficiente para a delimitação de classes, o que se demonstra, entre outras coisas, com fatos como:

a) Algumas palavras têm diferença formal mas pertencem à mesma classe, como se vê com *limpo* neste par de frases:

4. Ele jogou *limpo*. [advérbio]
5. Ele jogou *limpamente*. [advérbio]

b) Ao contrário, algumas palavras têm forma igual para mais de uma classe, como se vê com *claro* e *duro* neste par de frases:

6. Era um material *claro* e *duro*. [adjetivos]
7. Falava *claro* e *duro*. [advérbios]

Há, também, elementos idênticos que se usam preenchendo funções sintáticas bastante diferentes, e ainda pode ocorrer que eles deixem de se usar isolados, e passem a constituir parte de palavras. Elementos idênticos podem representar, pois, classes muito diferentes, como é o caso do elemento *pressa* nestas três frases:

8. *Pressa* só prejudica.
9. Não tente fazer isso com *pressa*.
10. Vá *depressa*.



No primeiro caso, *pressa*, substantivo (e morfema) é, por si, o sujeito; no segundo, ainda substantivo (e morfema), *pressa* compõe, com uma preposição regente, uma expressão adverbial; e no terceiro caso, desaparece a palavra *pressa* na palavra *depressa*: já não há substantivo e já não há preenchimento de função pelo elemento *pressa* isolado.

Visto por outro lado, o critério da forma é altamente pertinente, e em alguns casos é decisivo. Em muitas línguas – o português entre elas – a existência da categoria de número identifica algumas classes, como, entre outras, o substantivo e o verbo, mas o modo de marcação da forma de plural pode responsabilizar-se, por exemplo, pela colocação de uma determinada palavra na classe dos verbos ([ele] *roda* faz o plural [eles] *rodam*; [eu] *pedi* faz o plural [nós] *pedimos*; etc.), e não na classe dos substantivos, que faz de outro modo a marcação do plural (*roda* e *pequi* fazem os plurais *rodas* e *pequis*, respectivamente). Por outro lado, o substantivo e o verbo – duas classes que apresentam flexão – se distinguem, também, em muitas línguas, pelo fato de o verbo – e não o substantivo – apresentar flexão de tempo (no português, *andarei*, *andarás*, etc. são formas de futuro), e em algumas línguas – mas não no português – pelo fato de o substantivo – e não o verbo – apresentar flexão de caso (no latim, *lupus* tem o genitivo *lupi*, o acusativo *lupum*, etc.).

À forma se acrescenta o critério de distribuição: assim, por exemplo, a possibilidade de anteposição do artigo define a classe ‘substantivo’, como se vê em

11. (A) *Pressa* só prejudica.

O critério da distribuição explica que *médico* é substantivo em frases como

12. Visitei o *médico*.

13. *Médicos* não podem ser assim.



porque, nesses casos, *médico* tem a mesma distribuição de *homem*, *praça*, etc., que são substantivos. E também explica que *médico* é adjetivo em frases como

14. Trata-se de uma ordem *médica*.

15. Procedimentos *médicos* vão ser necessários

porque, nesses casos, *médico* tem a mesma distribuição de *judicial*, *rígido*, que são adjetivos.

Pela distribuição se chega ao critério subsidiário da substituição: a possibilidade de substituição por determinados pronomes identifica substantivos, ou sintagmas que têm o substantivo como núcleo. Pelo fato de terem a mesma distribuição dos sintagmas nominais (com núcleo substantivo), por exemplo, os pronomes pessoais de terceira pessoa podem (sintaticamente) ocupar casas de participantes ou argumentos (sujeito, complementos)<sup>11</sup>, como em

16. *A pressa só prejudica. / Ela só prejudica.*

A ordem é outro fator que pode ser chamado a intervir no estabelecimento das classes de palavras. Em português, é evidente que a palavra *certo* é adjetivo quando posposta ao substantivo, mas é pronome indefinido quando anteposta, não se devendo esquecer, porém, que essa diferença de ordem pode vir associada com outras diferenças combinatórias, assim como pode ser restringida por determinações do contexto:

17. Viu (um) *certo* relógio. Viu um relógio *certo*.

18. Viu (um) *certo* animal. \*Viu um animal *certo*.

---

<sup>11</sup> Não se pode, por aí, entender que seja indiferente usar o sintagma nominal (com substantivo como núcleo) ou usar o pronome pessoal, por exemplo, como sujeito de uma oração. O diferente uso resulta de uma escolha do falante segundo determinações textual-discursivas.



Em seguida cabe apontar o critério da função – muito associado à distribuição –, que permite, por exemplo, a distinção entre *claro* (adjetivo) e *claro* (advérbio), respectivamente, no par

19. O dia está *claro*.

20. Fale *claro*.

É muito difícil estabelecer com exatidão que critério(s) tem (têm) primazia sobre outro (outros). Uma dificuldade constante vem do próprio significado da unidade lexical e das funções que ela desempenha, razão pela qual é impossível estabelecer classes com conteúdos fixos. Tem de ser admitido que há muitos casos de extrema dificuldade, e, para estes, significado e função (critérios mais fluidos do que forma e distribuição) são os que têm primazia, o que leva a admitir que as classes de palavras não podem ser pensadas como compartimentos de fronteiras absolutamente rígidas, como compartimentos estanques, fechados e impermeáveis, com conteúdo univocamente e imutavelmente estabelecido.

Um exemplo claro é o caso em que, em português, um substantivo usado à direita de outro ‘escorrega’ progressivamente para a categoria de adjetivo, havendo muitas situações em que não se pode garantidamente afirmar se se trata de substantivo ou de adjetivo. Sirvam de exemplo inicial estes usos:

21. Você acaba de inventar um carro *esporte*.

22. Também tive uma idéia *mãe*.

Nesses casos, os elementos *esporte* e *mãe*, em princípio da classe dos substantivos, simplesmente por sua colocação à direita de outro substantivo passam a fazer indicação de propriedades que se acrescentam às propriedades já enfeixadas nesses substantivos da esquerda, *carro* e *idéia*, respectivamente. E esse é um comportamento de adjetivo.



Os critérios de categorização que os usuários ativam partem, em geral, da distribuição e da função, e por si mesmos os usuários vão marcando a forma da palavra com morfemas de flexão (por exemplo, de plural), que deixam evidenciada qual a classe que eles sentem existir naquele ponto do enunciado.

No seguinte par de frases, duas categorizações diferentes são feitas pelo falante, segundo se depreende das marcas que ele escolheu:

23. Outras cartas *consulta* estão em análise.

24. Enviou-se o caso a todos os bispos *membros* das conferências episcopais.

No primeiro caso, a não-concordância de *consulta* com o substantivo da esquerda, no plural, revela a manutenção da sua categoria de substantivo, enquanto, no segundo caso, a concordância de *membro* com o substantivo da esquerda, no plural, revela a recategorização desse elemento como adjetivo.

Nas orações

25. Usava a sua faca mais *navalha*.

26. Era um ambiente pouco *família*.

os elementos *navalha* e *família*, em princípio substantivos, mais ainda do que no caso anterior têm o comportamento de adjetivo evidenciado, já que eles vêm intensificados por *mais* e por *pouco*, respectivamente, operação não incidente sobre substantivo.

Por outro lado, diferentemente, nas frases

27. São Paulo tenta hoje gol-*relâmpago*.

28. A bomba-*relógio* ainda não foi desmontada.





encontrou até agora uma definição que responda pela totalidade dos elementos nela abrigados, os quais podem ser, entre muitos outros:

b1) um intensificador de verbo, de adjetivo ou de advérbio, como, respectivamente, em

31. Come *muito*.

↓  
[verbo]

32. Come *muito* bem.

↓  
[advérbio]

33. Come doces *muito* bons.

↓  
[adjetivo]

b2) um indicador de modo (qualificador) do verbo ou do adjetivo (de ação, processo, estado), como, respectivamente, em:

34. Saiu *depressa*.

↓  
[verbo]

35. Ela era *deliciosamente* terna.

↓  
[adjetivo]

b3) um modalizador<sup>12</sup> de termo, de oração, de frase, de discurso, como, respectivamente, em:

36. São coisas *realmente* importantes.

37. *Provavelmente* ele irá.

38. *Logicamente*, temos diferenças que nos separam.

39. *Honestamente*, não sei o que faria, nesse caso.

---

<sup>12</sup> As indicações possíveis são muitas: atitudinal, afetiva, asseverativa, etc., e com subclasses.



b4) uma palavra interrogativa de lugar, de tempo, de modo, de causa, como, respectivamente, em

40. *Onde* está ele?
41. *Quando* ele vem?
42. *Como* nascem os bebês?
43. *Por que* você veio armado?

c) porque determinadas classes gramaticais tradicionalmente estabelecidas são, sob determinado ponto de vista, subclasses, já que propriedades comuns as unem num grande grupo funcional: por exemplo, certos pronomes, os artigos, os numerais são, todos, *determinantes*<sup>13</sup>, no sentido de que produzem para os nomes uma definição não-descritiva (uma definição determinativa), isto é, discursivizam os elementos nominais, alçando-os do nível da língua (em que eles possuem significado, mas não referentes) para o nível do discurso:

41. *Aqueles* livros / *meus* livros / *alguns* livros / *os* livros / *dois* livros são suficientes.

- O texto pode exercer algum papel no estudo e classificação das palavras?

E, por fim – mas não em último lugar de importância, pelo contrário –, cabe temperar esse conjunto de critérios que tradicionalmente se vêm apontando com a necessidade absoluta de ver as classes de palavras, já no ponto de partida, como altamente determináveis segundo o seu comportamento no enunciado como um todo.

O que se indica aqui é a necessidade de basear a determinação inicial do estatuto das classes de palavras da língua na investigação de seu papel na organização textual-discursiva, o que representa a aceitação de uma dependência entre o estabelecimento das partes do ‘discurso’ – já agora no sentido corrente que essa palavra tem hoje – e o próprio

<sup>13</sup> Para o tema, consultar Mateus *et alii* (2003: 221-222)



discurso codificado no texto. Nesse enfoque, finalmente, obtém-se um exame do funcionamento das classes de palavras ligado à manifestação das diversas funções da linguagem.

Nesse sentido, o modo de operação tem base sintático-semântica, vista a semântica como construção de sentido da frase, bem como do texto, e a sintaxe, por outro lado, como responsável pelo arranjo construtor de sentido, tudo com determinação pragmática, pois toda organização do enunciado lingüístico é dependente da situação discursiva em que ele se insere e das intenções envolvidas na interação<sup>14</sup>. É propor que, para essa tarefa, se parta do texto em sua organização semântica, bem como em sua organização interacional, depreendendo-se, daí, o funcionamento geral das classes de palavras e sua taxonomia<sup>15</sup>.

Admitir que as unidades da língua têm de ser avaliadas com relação ao texto em que ocorrem não significa, é óbvio, desconsiderar as diversas unidades hierarquicamente organizadas dentro de um enunciado. É evidente que as entidades da língua têm uma definição estrutural, tanto no nível da frase como no dos sintagmas menores que ela.

## 6. Qual é a diferença entre palavras lexicais e palavras gramaticais?

Começemos com as chamadas **classes lexicais**<sup>16</sup>, por exemplo, o verbo e o substantivo, que têm seu estatuto básico definido pelo sistema de transitividade, sempre ativado no nível interior à frase, colocando-se num segundo nível as relações semânticas textuais, ou não-estruturais, obtidas por expedientes como a simples repetição ou a reiteração.

<sup>14</sup> Para esse tema, ver Dik (1997).

<sup>15</sup> É o que busca fazer a *Gramática de usos do português* (Neves, 2000).

<sup>16</sup> Numa definição bem simples, classes lexicais são as classes que trazem em si alguma representação do mundo (real ou fantasiado), um valor não apenas gramatical. São o verbo, o substantivo, o adjetivo e os advérbios de modo derivados de adjetivo, como *furiosamente*, *estupidamente*.





[substantivo]            ↓  
                                  COMPLEMENTO NOMINAL

A compreensão desse complexo que vai formando a rede de relações sintático-semânticas permite compreender, por exemplo, por que são ‘substantivas’ as orações subjetivas, objetivas diretas, etc. (ligadas a um predicado que é ‘verbo’), e também as completivas nominais (ligadas a um predicado que é ‘nome’, ‘substantivo’).

Quanto ao papel do verbo e do substantivo nas relações textuais (relações já não sintáticas, mas puramente semânticas), isto é, na função textual<sup>20</sup>, ele se resume a retomadas e relocalizações: por sinônimos, por antônimos, por hiperônimos ou hipônimos, por palavras do mesmo campo, por palavras mais gerais ou mais específicas, isto é, por meio de fenômenos semânticos que relacionam a definição básica de cada palavra ou expressão.

Fica evidente que essas classes não se definem basicamente por sua função textual, embora nunca se possa desconhecer que, em toda organização discursiva que opere, o falante, por escolha de colocações lexicais e de outros expedientes (a reiteração ou, mesmo, a simples alocação escolhida para os itens lexicais, por exemplo), constrói, especialmente com essas classes de grande contraparte de conteúdo, o mapeamento conceptual do texto, estabelecendo relações semânticas textuais. Pelo seu próprio estatuto aqui já assentado, o substantivo tem a propriedade de ancorar a rede de referenciações descritivas e as relações temáticas do texto, participando fortemente da configuração semântica textual e da condução das porções informacionais.

Em contrapartida, as **palavras gramaticais**, por seu lado:

- a. podem constituir peças da organização oracional (por exemplo, as preposições, que ou introduzem complementos, funcionando no sistema de

---

<sup>20</sup> Ver Halliday (1985).



- transitividade, ou encabeçam adjuntos, acrescentando informação secundária);
- b. podem ser privilegiadamente depreendidas e definidas na visão da organização semântica textual, ou coesão (por exemplo: o artigo definido, os pronomes pessoais e possessivos de terceira pessoa e os demonstrativos, que atuam na referenciação, e também os coordenadores, que atuam na junção);
  - c. podem ser privilegiadamente depreendidas e definidas na visão do texto visto como organização interacional, a serviço, pois da função interpessoal<sup>21</sup> (por exemplo, os pronomes de primeira pessoa e de segunda pessoa, que remetem sempre aos interlocutores, e os verbos modalizadores, que marcam atitude do falante em relação a seu enunciado).

## 7. Definindo as principais classes de palavras

É, pois, grande a variedade de níveis em que atuam as palavras gramaticais. Resumindo, umas são peças da organização oracional, outras são peças definidas na semântica textual e na organização interacional. Entre um sem-número de indicações possíveis, pode-se trazer como exemplos as seguintes indicações sobre algumas das classes de palavras gramaticais:

- a) Os **advérbios** – alguns quase-lexicais, como os derivados de adjetivos, do tipo de *estupidamente* – são, na maior parte de suas variadas subcategorias, peças do nível da predicação, mais especificamente peças de tipo periférico, ou adjunto, mas esse estatuto não esgota a sua gramática, já que sua atuação como adjunto pode ter como âmbito todo o enunciado, e, ainda, o discurso.
- b) Os **pronomes pessoais de terceira pessoa** são, como os substantivos, da esfera semântica dos participantes, e, portanto, constituem termos que entram no preenchimento de casas nas predicções (nível interno à oração), entretanto também só se resolvem, semântica e gramaticalmente, se é posto

---

<sup>21</sup> Ver Halliday (1985).



em consideração o seu papel de referenciadores textuais e situacionais (nível que extrapola a oração).

- c) O **artigo definido, o demonstrativo e o possessivo**, aparentemente, são apenas internos ao sintagma nominal (são ‘determinantes’, são ‘adjuntos adnominais’), entretanto só podem ser interpretados, e, portanto, também eles, só podem ter sua classe estabelecida, a sua gramática resolvida, se considerado o seu papel de referência textual, e, portanto, a organização semântica textual.
- d) O mesmo não ocorre com outros elementos estruturalmente internos ao sintagma, como os **indefinidos** e os **numerais**, já que estes não têm papel referenciador na organização discursivo-textual.
- e) As **preposições**, da esfera semântica das relações, constituem genuínas peças da organização semântica intrafrasal (nível da oração e nível do sintagma);
- f) Pelo contrário, os **coordenadores**, também da esfera das relações, atuam, em geral, em todos os níveis hierárquicos, e, por isso mesmo, apenas têm sua classe definida, sua gramática determinada, se a reflexão englobar o seu papel de junção textual.

A conclusão é que uma investigação gramatical orientada discursivamente lida com as classes de palavras de uma maneira não-estranha, funcional, produtiva: a partir dos processos de organização do enunciado, onde se combinam léxico e gramática, ela acopla, funcionalmente, o significado categorial dos itens, a organização gramatical das categorias, a organização semântica textual, tudo envolvido nas condições reais de produção, para chegar, afinal, à verificação do cumprimento das funções da linguagem.